

Aderência do modelo ibase de balanço social: a norma brasileira de contabilidade voltada para as informações de natureza socioambiental

Ibase grip model of social balance: a brazilian standard accounting information directed to the nature of environmental

Humberto Willams Cavalcanti Andrade¹
Cynthia Teixeira Gomes Ferreira²
Elaine Martins Nunes³
Ana Paula Ferreira da Silva⁴

Resumo

Este trabalho trata sobre a evidenciação das informações de natureza socioambiental pelas maiores empresas de capital aberto no Brasil, que divulgaram os seus balanços sociais no modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O objetivo principal deste estudo foi verificar se estas empresas aderiram às orientações dadas pela resolução n.º 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sobre a divulgação das informações socioambientais. Foram analisados relatórios anuais das 18 maiores empresas de capital aberto, com base no critério “valor de mercado”, segundo a lista da Revista Exame para o exercício de 2010. A fim de padronizar a coleta de dados, foi criado um formulário documental,

¹ Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade Boa Viagem (FBV). Endereço: Rua Itaquicé, 395, Ipsep, Recife/PE. CEP: 51.350-160, telefone: + 55 81 9244-3844, e-mail: h.c_andrade@hotmail.com

² Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade Boa Viagem (FBV), Bacharel em Administração pela Faculdade de Administração de Pernambuco (FECAP). Endereço: Rua Professor Augusto Lins e Silva, 454/1002, Boa Viagem, Recife/PE. CEP: 51.030-030, telefone: + 55 81 9601-5833, e-mail: cynthiatgferreira@hotmail.com

³ Bacharelada em Ciências Contábeis pela Faculdade Boa Viagem (FBV). Endereço: Rua General Americano Freire, 430/501, Boa Viagem, Recife/PE. CEP: 51.021-120, telefone: + 55 81 9929-0792, e-mail: emnunes2010@gmail.com

⁴ Mestre em Administração pela UFPE. Contadora e Professora da Faculdade Boa Viagem (FBV). Endereço: Rua do Riachuelo, 325/705, Boa Vista, Recife/PE. CEP: 50.050-500, telefone: + 55 81 8832-4121, e-mail: anapafesilva@hotmail.com .

conforme as orientações dadas pela NBCT-15, para a divulgação das informações de natureza socioambiental. As descobertas da pesquisa revelaram que os balanços sociais das empresas estudadas têm um nível de aderência maior relacionado às informações voltadas para os colaboradores, principalmente quando se trata da composição do corpo funcional. Quanto às externalidades, há um destaque para as demonstrações de relação das organizações com os seus clientes.

Palavras-chave: Balanço Social. IBASE. Norma Brasileira de Contabilidade. Informação Socioambiental.

Abstract

This paperwork is about the socio-environmental reports published by the largest Brazilian open capitals companies, using the pattern proposed by the Brazilian Institute of Social and Economic Analysis (IBASE). The main idea behind this research was to verify if the largest Brazilians open capitals companies, based on the market value, that published their social reports using the IBASE model, respected the orientation given by the resolution Federal Accounting Council (CFC) number 1.003/04, about publishing socio-environmental information. To accomplish this present research, 18 annual reports released by the largest open capital companies were analyzed, based on the market value according to the list published in Exame magazine for the year of 2010. In order to standardize data survey, a documental form was created following the orientation given by NBCT-15 about the release of socio-environmental information. The research reveals that the social balance sheets of the companies that were submitted to analyses have a greater adherence level to the information addressed to their collaborators, especially when it concerns the staff composition. As to releasing negative information, externalities, those that show the relations between the companies and their clients are highlighted.

Keywords: Social balance. IBASE; Brazilian Accounting Standard. Environmental Information.

1 Introdução

A evidenciação de informações de caráter socioambiental não tem sua obrigatoriedade legal estendida para todos os segmentos econômicos no Brasil. Os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso já divulgam as informações em discussão, porém, essa obrigatoriedade recai no estímulo da elaboração do balanço social.

Balanço social, relatório de sustentabilidade empresarial, balanço social corporativo, relatório social e relatório socioambiental são alguns dos nomes utilizados pelas organizações, por especialistas e acadêmicos para designar o material informativo sobre a situação da empresa para as questões sociais e ambientais (OLIVEIRA, 2005).

Com a evolução do pensamento contábil e suas diferentes formas de evidenciação dos resultados, os usuários internos e externos se utilizam das informações contábeis para avaliar, mensurar e, sempre que possível, comparar o desempenho econômico e social das organizações ou do setor, e exigem, cada vez mais, essas informações não obrigatórias.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBCT-15) surgiu em 2004 com o intuito de nortear os interessados, disponibilizando informações sobre as relações da entidade com os meios interno (colaboradores), externo (comunidade e cliente) e ambiental, apesar de não ser obrigatório. Sobre esse aspecto, Hendriksen e Breda (1999, p. 544) comentam: “As demonstrações financeiras devem ser claras e compreensíveis.”, por isso, a NBCT-15 visa homogeneizar esses dados, a fim de um melhor entendimento por parte do usuário.

Nas duas últimas décadas, ocorreram discussões importantes sobre como o Estado, a sociedade e as organizações podem contribuir para garantir a produção de bens necessários ao homem e, concomitantemente, garantir a existência de bens de consumo. Com isso, surgem cobranças, por parte da sociedade, para que as organizações públicas e privadas demonstrem tanto os seus investimentos econômicos quanto os sociais, evidenciando ainda mais a ideia de que essas entidades fazem parte de um sistema muito maior, através do qual dividem seus recursos naturais, humanos, tecnológicos e físicos.

O balanço social é um instrumento utilizado pelas instituições na demonstração de suas práticas sociais. As entidades brasileiras se utilizam de três modelos, fornecidos pelas entidades: Instituto ETHOS, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e o Global Reporting Initiative (GRI), porém, o modelo do IBASE é o mais legitimado.

Dessa forma, o objetivo principal deste estudo foi verificar se as maiores empresas de capital aberto, com base no valor de mercado, que publicaram os seus balanços sociais no modelo IBASE aderiram às orientações dadas pela NBCT-15 para a divulgação das informações socioambientais.

2 Balanço social: conceito e origem

Com o desenvolvimento da ciência contábil e a mudança na evidenciação das informações, a sociedade passou a exigir novas abordagens para com os gastos das empresas. A França, em pleno século XVII, visando arrecadação tributária, passou a exigir informações contábeis, as quais, posteriormente, com a consolidação de grandes empresas em diferentes setores, tornaram-se indispensáveis para manter o desenvolvimento e alavancar ainda mais essas organizações, alinhando investimento à transparência de informações.

Atrelada ao desenvolvimento mundial, a contabilidade seguiu se aprimorando cada vez mais, a fim de suprir as necessidades informativas dos seus novos usuários. Na década de 1960, nos Estados Unidos e na Europa, a classe operária organizada passou a exigir informações econômicas e sociais das empresas, com objetivos de garantir que parte dos ganhos das empresas fosse revertido em melhoria no ambiente de trabalho, nas remunerações, dentre outros. Em meio às mudanças, no ano de 1977, atendendo às necessidades da época, surge, na França, o primeiro balanço social (BS), apesar deste só evidenciar dados sobre os recursos humanos (CAZIAN, 2005).

Atualmente, o BS tem como foco informações mais abrangentes, não se restringindo apenas aos recursos humanos, mas abordando também os investimentos sociais e socioambientais. Com todo o discurso mundial em busca de uma ferramenta que auxilie a controlar, comparar, evidenciar e tomar decisões nesses investimentos, o balanço social se torna um documento imprescindível para que as organizações, sejam elas de ordem política ou não, possam demonstrar como estão utilizando os recursos globais, renováveis ou não. Na contabilidade, ele

dá um salto importantíssimo e consegue se aproximar ainda mais dos seus usuários. Nesse sentido, Reis e Medeiros (2009, p. 23) conceituam o BS como sendo:

Um instrumento que reúne um conjunto de informações sobre as atividades de caráter social e não obrigatórias que uma empresa realiza, com o objetivo de gerar maior bem-estar junto a todas as partes interessadas – funcionários, comunidade, parceiros e outras – e a sociedade como um todo.

Nos países mais desenvolvidos, embora não haja a obrigatoriedade da publicação, as informações sociais são demonstradas, geralmente, num balanço social. Alemanha, Estados Unidos, Espanha, Grã-Bretanha, Holanda e Suécia são exemplos da elaboração voluntária desse demonstrativo. Já França, Portugal e Bélgica são países cujas empresas são obrigadas a elaborar esse documento (CUNHA; RIBEIRO, 2004).

Os modelos de balanços sociais destes publicam dados especificamente relacionados à área de recursos humanos, ou seja, não englobam as outras três vertentes: valor adicionado (exceto modelo português, que contém a informação, mas não sua composição), ambiental e a relação com a sociedade (SILVA; LIMA, SOUZA, PEREIRA, 2011).

O BS chega ao Brasil por meio das entidades cristãs, no estado de São Paulo. Em 1961, foi instituída a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE), para servir como um administrador operacional da Union Internationale Chrétienne de Dirigeants d'Enterprise (UNIPAc). Mas somente 13 anos depois, em 1974, é que vem à tona a alusão ao balanço social, o qual, em 1977, ganha destaque e se torna um dos assuntos mais discutidos na época (RIZZI, 2002).

Na década de 1980, foi instituída pela ADCE a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), com a finalidade de promover e difundir reflexões sobre questões sociais nas organizações e ajudá-las nesse aspecto, no entanto, somente em meados dos anos 1990 as ações foram iniciadas. Nessa época, os balanços e relatórios de caráter social, para evidenciar todas as obras executadas que

beneficiassem não só a sociedade, mas o meio ambiente e os próprios colaboradores, eram pouco abordados pelas empresas. Mansur e Torres (2008, p. 16) retratam o início da utilização do BS:

O Balanço Social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, realizado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que assume o nome de Balanço Social. No mesmo período, estava sendo realizado o BS do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década. O Banespa publicou o seu em 1992, compondo a lista das empresas precursoras em BS no Brasil.

Conforme mencionado na seção introdutória deste artigo, não existe nenhuma lei federal no Brasil que exija a publicação de informações de natureza socioambiental por parte das empresas, porém, existem resoluções contábeis, projetos de lei, legislações estaduais e municipais e outras setoriais. Em relação à exigibilidade dessas informações, podemos citar o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que obriga as empresas do referido setor a publicarem o balanço social no modelo IBASE desde o ano de 2003.

Três experiências na esfera estadual driblam a não obrigatoriedade nacional oferecendo prêmios e homenagens aos que publicarem. A primeira surge no Rio Grande do Sul, em 2000, através da Lei nº 11.400, que, juntamente com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, instituiu o Certificado de Responsabilidade Social para empresas que publicarem seu BS no modelo proposto (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Do estado do Mato Grosso surge a segunda experiência. Expressa pela Lei nº 7.687/2002, assim como a Lei nº 11.400 do Rio Grande do Sul, regulamenta a elaboração de um Certificado de Responsabilidade Social; nesse caso, para entidades privadas e organizações não governamentais (MATO GROSSO, 2002).

Na região Norte do Brasil está a terceira e última experiência estadual voltada para o balanço social: a do estado do Amazonas. A Lei nº 2.843/2003, voltada para as informações socioambientais, segue

as mesmas características dos outros modelos apresentados e adota o mesmo roteiro da lei do BS: “a estrutura dos indicadores, no uso das notas explicativas e da auditoria independente; na apresentação de períodos comparáveis e possibilidade de comparação entre Balanços Sociais de diferentes empresas” (CARVALHO; SIQUEIRA, 2009, p.103).

3 Balanço social: Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA) e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBCT-15)

A Demonstração de Informação de Natureza Social e Ambiental (DINSA) tem por objetivo retratar, de forma objetiva e ordenada, os dados captados pela contabilidade e outros especialistas, relatando aos usuários os fatos registrados ao longo do exercício. Utiliza-se da inter-relação da organização com o meio social e ambiental de forma qualitativa e quantitativa, evidenciando-a em todos os seus aspectos e impactos, sejam eles internos ou externos, positivos ou negativos, tornando as informações mensuráveis, compreensivas, confiáveis e contínuas, com a finalidade de haver comparabilidade e análise entre os exercícios atuais e anteriores.

O Conselho Federal de Contabilidade (2004), através da NBCT-15, deixa claro que as informações contábeis contidas na DINSA são de responsabilidade técnica do contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não contábeis pode ser compartilhada com especialistas. No que se refere à revisão do relatório por terceiros, a NBCT-15 é a única norma que incentiva a análise do balanço social por auditores externos.

ANBCT-15 orienta os profissionais contábeis como e o que informar nos relatórios sobre as informações de natureza socioambiental das organizações. Ainda norteia as instituições a buscarem transparência nas suas práticas empresariais e demonstrarem as informações de cunho

negativo. Segundo ela, as informações de natureza socioambiental não devem se confundir com as notas explicativas. Estas devem ser apresentadas como informações complementares às demonstrações contábeis e, para efeito comparativo, deverão conter as informações do exercício corrente e as do exercício anterior.

Ainda conforme a NBCT-15, a estrutura da DINSA deve abordar informações referentes à geração e distribuição de riquezas, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e com o meio ambiente. A fim de continuidade, tal demonstração se torna comparável a períodos anteriores e acarretam, desse modo, em relatórios ou demonstrativos referentes à responsabilidade das funções executadas por um contador ou técnico. Em relação a outras áreas, existe falta de acesso devido à limitação das funções de outros especialistas, como administradores de recursos humanos, técnicos e engenheiros ambientais, dentre outros (CFC, 2004).

A NBCT-15 instrui que, a partir do momento da instituição da DINSA, a entidade deve elaborar e evidenciar todos os dados captados pela contabilidade ou não, devendo ser realizadas como informações complementares às demonstrações contábeis, não podendo se confundir com as notas explicativas. Dessa forma, as demonstrações de natureza socioambiental, por serem apresentadas de maneira contínua e a fim de serem comparadas entre o exercício atual e o exercício anterior, devem ser complementadas por notas explicativas, pois, de acordo com Ludicibus *et al.* (2010, p.6):

Para que se possa ter um maior entendimento da situação patrimonial e sua evolução, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas com o apoio de complementos, sejam eles notas explicativas, quadros analíticos ou outros tipos de demonstrações contábeis e por isso a entidade pode aprimorar ou detalhar outras informações que julgar necessárias e relevantes para uma maior compreensão da demonstração.

A resolução 1.003/04 do CFC orienta, ainda, sobre a capacidade de comparabilidade das informações contidas na DINSA, quando afirma:

“A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior” (CFC, 2004). Sobre a capacidade de comparabilidade de uma demonstração contábil, Ferreira (2003) e Ludicibus *et al.* (2010) comentam que, para acontecer a comparabilidade das informações, é de suma importância que as abordagens relatadas pela NBCT-15 sejam subordinadas e respeitem os princípios de contabilidade. Portanto, para haver a comparabilidade entre exercícios atuais e anteriores, as informações devem ser evidenciadas, mensuráveis, compreensivas, de fontes confiáveis e contínuas.

4 Modelo IBASE de balanço social

Com a finalidade de que mais empresas elaborem o balanço social através da simplificação, o IBASE se une com diversos representantes de entidades públicas e privadas e consegue desenvolver um modelo que estimula as empresas a divulgarem-no, independente do seu tamanho e/ou setor. Torres (2001) define o BS do IBASE como simples e menciona a facilidade da aceitação pelas empresas. O modelo se divide em 7 grupos de informações, conforme descrevem Bernardo, Silva e Falk (2007, p. 7):

1. Informações financeiras ou base de cálculo - Divulgam os valores da receita líquida, do resultado operacional e da folha de pagamento bruto. Tais valores serão utilizados para calcular os percentuais nos demais itens.
2. Indicadores sociais internos ou indicadores laborais - Demonstram os gastos realizados com os funcionários das empresas, tais como: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência, saúde, educação, alimentação, auxílio creche e participação nos resultados.
3. Indicadores sociais externos - Mostram os gastos realizados com projetos voltados para a sociedade e explicita o benefício que a organização realizou com ela. Dentre eles, estão: educação, alimentação, esporte e cultura.

4. Indicadores ambientais - Apresenta os gastos realizados em projetos direcionados ao meio ambiente.
5. Indicadores dos recursos humanos - São demonstrados os dados relacionados aos colaboradores da organização. Dentre os indicadores, tem-se: nº de funcionários, nº de admitidos, nº de mulheres colaboradoras da empresa, nº de empregados portadores de deficiência, % de mulheres nos cargos de chefia, além de subsídios considerados ressaltantes ao exercício da responsabilidade social.
6. Informações importantes quanto ao exercício da cidadania organizacional – Expõem os dados que apresentam a preocupação pela conservação de um ambiente de trabalho e da participação dos colaboradores em projetos e benefícios da entidade. Abordando, dentre outros aspectos: a afinidade entre a maior e menor remuneração, o número de acidentes de trabalho, bem como, o fato da empresa ouvir os funcionários.
7. Outras informações – Nessa seção do balanço social, a empresa tem autonomia para relacionar as informações consideradas relevantes no tocante ao seu aspecto social.

Em 1998, ainda com o intuito de estimular a participação de um maior número de corporações, o IBASE lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho. O selo é atribuído anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo IBASE, dentro da metodologia e dos critérios propostos. Serve para “atestar que a empresa deu transparência àquele dado, não omitiu informações e está disposta a se submeter a um olhar mais crítico da sociedade”, segundo Gonzalez (2006, p.1).

O BS ainda tem um grande caminho até sua publicação se tornar algo normal entre os relatórios contábeis, mas o IBASE e alguns estados já saíram na frente e estão fazendo desse futuro algo presente. Porém, sem uma pressão social será ainda mais difícil essa evidenciação por parte das organizações, sejam elas públicas ou privadas. O IBASE já deu o primeiro passo e expandiu o papel de auditoria para toda a

sociedade, cabe agora a esta cobrar a veracidade dos fatos e fazer com que corporações e sociedade caminhem lado a lado nesse longo caminho do desenvolvimento social e ambiental.

5 Metodologia

Para a realização deste estudo, foi necessário determinar os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Essa seção apresenta o método e as tipologias da pesquisa, bem como os procedimentos de coleta e análise de dados.

O método utilizado para a realização desta pesquisa é o indutivo, pois, através dele, é possível “tirar uma conclusão a partir de um ou mais fatos em particular ou de determinadas provas”, segundo Cooper e Schindler (2003, p.49). Esta investigação partiu da análise de 18 relatórios anuais das maiores empresas de capital aberto no Brasil para, em seguida, encontrar possíveis verdades quanto ao nível de aderência do modelo IBASE de balanço social às sugestões dadas pela NBCT-15 quanto à divulgação de informações socioambientais.

Este estudo é do tipo exploratório-descritivo. Descritivo por descrever o nível de aderência das informações evidenciadas nos balanços sociais das empresas em estudo às orientações dadas pelas NBCT-15 quanto à divulgação de informações de natureza socioambiental. É exploratório por haver poucas pesquisas relacionadas a este assunto.

Quanto aos procedimentos, o estudo foi classificado como documental, pois toda a fonte de dados primários foi obtida através dos relatórios anuais, que são documentos de cunho administrativo. Já a tipologia do estudo quanto à abordagem do problema é classificada como pesquisa quantitativa, pois, além de verificar o nível de aderência das informações socioambientais divulgadas pelas companhias estudadas, há um tratamento estatístico aplicado aos dados documentais coletados nos relatórios anuais investigados.

A Revista Exame divulga, anualmente, listagens com os nomes das maiores companhias no Brasil, seguindo vários critérios, tais como: valor de mercado, lucratividade, volume de vendas, dentre outros aspectos. Para a realização deste estudo, foi utilizada a listagem com as 100 maiores empresas de capital aberto, com base no valor de mercado, mas, seguindo o objetivo principal deste trabalho, somente fazem parte dele 18 organizações, pois apenas esse quantitativo divulgou o balanço social no modelo do IBASE.

Os relatórios anuais das empresas estudadas foram obtidos através do sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, em seguida, foram cuidadosamente analisados. A fim de analisar e apresentar os dados do estudo, foi confeccionado um formulário de coleta de dados com base nas orientações dadas pela NBCT-15, que alude à divulgação de informações de caráter socioambiental. Esse formulário foi dividido em seis grupos de perguntas.

Grupo	Finalidade das perguntas
1	Caracterização da empresa (nome, atividade econômica).
2	Verificar se as organizações estão evidenciando informações com relação aos responsáveis pelas informações técnicas contábeis e não contábeis de natureza socioambiental.
3	Verificar se as instituições estudadas utilizam a estrutura de indicadores propostos pela NBCT-15 para divulgar as informações sobre balanço de recursos humanos.
4	Conferir se as instituições estudadas utilizam a estrutura de indicadores propostos pela NBCT-15 para divulgar as informações sobre a relação de cada uma das entidades com a comunidade e com os clientes.
5	Conferir se as instituições estudadas utilizam a estrutura de indicadores propostos pela NBCT-15 para divulgar as informações sobre a relação de cada uma das entidades com o meio ambiente.
6	Investigar se alguma organização considerou a Demonstração de Informação de Natureza Socioambiental (DINSA) dentro do corpo dos relatórios anuais como sendo o balanço social.

Quadro 1 – Estrutura do formulário de coleta de dados documentais

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Após a coleta de dados documental, procedeu-se a elaboração das tabelas, as quais baseiam a apresentação das descobertas desta pesquisa, conforme apresentados na seção a seguir.

6 Análises dos resultados

Essa sessão apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos relatórios anuais das 18 maiores empresas de capital aberto, com base no critério valor de mercado, segundo a Revista Exame, as quais apresentaram o balanço social no modelo IBASE para o exercício de 2010. Com base nos dados da Tabela 1, pode-se verificar que 08 (44,4%) empresas analisadas não apresentam o nome e o número de registro do profissional de contabilidade junto ao conselho regional, conforme orienta a NBCT-15. Contudo, as outras 10 (55,6%) entidades restantes apresentaram, dentro dos seus relatórios anuais, as informações sobre o profissional contábil nos seguintes documentos: 38,9% no relatório da administração (RA) e o restante (16,7%) nas notas explicativas (NE). É importante destacar: a maior parte das empresas que evidenciou informações sobre o profissional de contabilidade responsável pelas informações demonstradas na DINSA é do setor elétrico, além disso, essa demonstração de informação foi feita através do relatório da administração.

Tabela 1 – Evidenciação das informações sobre o responsável pelas informações contábeis

Atividade econômica	Evidenciação identificação do profissional contábil						Total	
	Não Evidenciou		Evidenciou em NE		Evidenciou no RA			
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%
Aluguel de carros	1	5,6	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Energia	4	22,2	2	11,1	7	38,9	13	72,2
Petrolífera	0	0,0	1	5,6	0	0,0	1	5,6
Saneamento	1	5,6	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Siderurgia/Mineração	1	5,6	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Transporte aéreo	1	5,6	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Total	8	44,4	3	16,7	7	38,9	18	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em pesquisa documental.

Ao longo da pesquisa, procurou-se verificar se os relatórios das companhias estudadas seguem as orientações da NBCT-15 em relação à evidenciação da identificação do responsável técnico, ou seja, o profissional responsável pelas informações de caráter não contábil, juntamente com o contador. Os dados referentes a essa investigação estão expressos na Tabela 2, na qual é possível verificar que 72,5% das entidades estudadas não identificam o corresponsável com o contador pelas informações de natureza socioambiental.

Apenas 05 (27,5%) companhias mencionaram nos seus relatórios dados referentes ao profissional técnico responsável pelas informações de natureza socioambiental. Essas informações foram encontradas, em sua maioria, dentro dos seguintes documentos: balanço social (11,1%); notas explicativas (11,1%) e em apenas 01 (5,6%) organização no relatório da administração (Tabela 2).

Tabela 2 – Evidenciação das informações sobre o responsável técnico.

Atividade econômica	Evidenciação identificação do profissional técnico									
	Não Evidenciou		Evidenciou no BS		Evidenciou em NE		Evidenciou no RA		Total	
	Oc.	%	Oc..	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%
Aluguel de carros	1	5,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Energia	10	55,6	1	5,6	1	5,6	1	5,6	13	72,2
Petrolífera	1	5,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Saneamento	0	0,0	0	0,0	1	5,6	0	0,0	1	5,6
Siderurgia/Mineração	1	5,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Transporte aéreo	0	0,0	1	5,6	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Total	13	72,2	2	11,1	2	11,1	1	5,6	18	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em pesquisa documental

A Tabela 3 mostra que houve 81 ocorrências dos indicadores de cunho negativo nas 18 empresas estudadas; 54 (66,7%) ocorrências foram apresentadas apenas através do balanço social; 20 (24,7%), através de notas explicativas. Com base nesses achados, conclui-se: as 18 maiores empresas de capital aberto, com base no valor de mercado, utilizam o balanço social no modelo IBASE para demonstrar

as informações de cunho negativo das suas relações com os clientes, o meio ambiente e os colaboradores.

Os indicadores de cunho negativo que apareceram, por ordem crescente de frequência, foram: o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor; número de reclamações recebidas por meio da justiça; número de reclamações recebidas diretamente na entidade; e o número de reclamações atendidas em cada instância. Já os indicadores de cunho negativos menos citados foram os números de processos trabalhistas, tanto os procedentes como os improcedentes, os quais foram apresentados por uma única empresa (Tabela 3).

Tabela 3 – Evidenciação dos indicadores de cunho negativo dos documentos dos relatórios anual.

Indicadores de cunho negativo propostos pelas regulamentações	Relatório utilizado										Total	% nº entidade	Ranking	
	Evidenciou no BS		Evidenciou em NE		Evidenciou no RA		Evidenciou no BS e em RA		Evidenciou no NE e em RA					
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%				
Número de reclamações recebidas de clientes por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	10	12,3	0	0,0	0	0,0	1	1,2	0	0,0	11	13,6	61,1	1º
Número de reclamações de recebidas de cliente por meio da Justiça	11	13,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	13,6	61,1	1º
Número de reclamações recebidas de clientes recebidas diretamente na entidade	10	12,3	0	0,0	0	0,0	1	1,2	0	0,0	11	13,6	61,1	1º
Número de reclamações de cliente atendidas em cada instância	11	13,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	13,6	61,1	1º
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	2	2,5	5	6,2	1	1,2		0,0	1	1,2	9	11,1	50,0	2º
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	1	1,2	6	7,4	0	0,0	0	0,0	2	2,5	9	11,1	50,0	2º
Onde evidencia o montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça	4	4,9	2	2,5		0,0		0,0		0,0	6	7,4	33,3	3º
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1	1,2	2	2,5	0	0,0	0	0,0	1	1,2	4	4,9	22,2	4º
Passivos e contingências ambientais	1	1,2	3	3,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	4,9	22,2	4º
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1	1,2	2	2,5	0	0,0		0,0	0	0,0	3	3,7	16,7	5º
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	1	1,2	0	0,0	0	0,0		0,0	0	0,0	1	1,2	5,6	6º
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	1	1,2	0	0,0	0	0,0		0,0	0	0,0	1	1,2	5,6	6º
TOTAL	54	66,7	20	24,7	1	1,2	2	2,5	4	4,9	81	100,0		

Fonte: Elaboração própria dos autores, com base em pesquisa documental.

A NBCT-15 estabelece a estrutura para a demonstração de informação de caráter socioambiental, chamada, no próprio corpo da lei, de balanço social. Ela divide as informações de recursos humanos

em dois grupos: o primeiro, referente aos recursos humanos, deve conter a composição da remuneração concedida aos funcionários, administradores, terceirizados e autônomos; o segundo apresenta informações sobre a composição do quadro funcional. Os achados das duas investigações estão dispostos nas Tabelas 4 e 5.

A Tabela 4 mostra que as 18 empresas estudadas apresentaram 133 ocorrências dos indicadores propostos pela NBCT-15 para evidenciar a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários, administradores, terceirizados e autônomos. Além disso, mais de 93% das informações sobre a composição dos recursos humanos foi demonstrada no modelo IBASE de balanço social.

Os indicadores, utilizados por todas as 18 entidades, foram: total de empregados no final do exercício, total de estagiários no final do exercício, total de admissões, total de empregados portadores de necessidades especiais no final dos exercícios e total de empregados por sexo. Os indicadores menos evidenciados foram: número de demissões, total de empregador por faixa etária e total de empregados por nível de escolaridade.

Tabela 4 – Disclosure de indicadores de composição dos recursos humanos.

Indicadores de composição do recurso humano	Relatório utilizado												Total	% Nº entidade	Ranking
	Evidenciou no BS		Evidenciou no BS e em NE		Evidenciou no BS e RA		Evidenciou no BS e em NE		Evidenciou no BS, em NE e no RA		Total				
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%			
Total de empregados no final do exercício	17	12,8	0	0,0	0	0,0	1	0,8	0	0,0	18	13,5	100,0	1º	
Total de estagiários no final do exercício	17	12,8	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	18	13,5	100,0	1º	
Total de admissões	16	12,0	0	0,0	2	1,5	0	0,0	0	0,0	18	13,5	100,0	1º	
Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	16	12,0	2	1,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	18	13,5	100,0	1º	
Total de empregados por sexo	17	12,8	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	18	13,5	100,0	1º	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo	16	12,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	12,0	88,9	2º	
Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	15	11,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	16	12,0	88,9	2º	
Total de demissões	6	4,5	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	7	5,3	38,9	3º	
total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menos de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos	3	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	2,3	16,7	4º	
Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados.	1	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,8	5,6	5º	
Total	124	93,2	2	1,5	5	3,8	1	0,8	1	0,5	133	100,0			

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em pesquisa documental.

A Tabela 5 demonstra o segundo grupo de informações que compõem o balanço de recursos humanos, parte integrante da DINSA. Ele trata das áreas de investimentos sociais voltadas para os colaboradores; e 77% das informações sugeridas pela NBCT-15 foram contempladas nos balanços sociais estruturados no modelo proposto pelo IBASE. Além deste, as organizações também utilizaram as notas explicativas para demonstrarem como e quanto foi investido em ações voltadas para benefícios do público interno.

Tabela 5 – Evidenciação de informações com relação à remuneração e aos benefícios concedidos aos colaboradores.

Remuneração e benefícios concedidos aos empregados administradores terceirizados e autônomos	Relatório utilizado												Total	% entidade	Ranking	
	Evidenciou no BS		Evidenciou em NE		Evidenciou no DVA e NE		Evidenciou no BS e em NE		Evidenciou no BS e na DVA		Evidenciou no BS, na DVA, em NE e no RA					
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%				
Gastos com encargos sociais	13	6,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	4	2,1	18	9,4	100,0	1º
Gastos com alimentação	15	7,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,6	18	9,4	100,0	1º
Gastos com saúde	15	7,9	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0	2	1,0	18	9,4	100,0	1º
Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	13	6,8	1	0,5	0	0,0	3	1,6	0	0,0	1	0,5	18	9,4	100,0	1º
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	15	7,9	1	0,5	0	0,0	1	0,5	0	0,0	0	0,0	17	8,9	94,4	2º
Gastos com creches ou auxílios-creche	14	7,3	1	0,5	0	0,0	2	1,0	0	0,0	0	0,0	17	8,9	94,4	2º
Participação nos lucros ou resultados	13	6,8	0	0,0	0	0,0	4	2,1	0	0,0	0	0,0	17	8,9	94,4	2º
Gastos segurança e medicina do trabalho	12	6,3	0	0,0	0	0,0	4	2,1		0,0		0,0	16	8,4	88,9	3º
Gastos com cultura	11	5,8	2	1,0		0,0	2	1,0	0	0,0	0	0,0	15	7,9	83,3	4º
Gastos com previdência privada	8	4,2	0	0,0	0	0,0	2	1,0	2	1,0	3	1,6	15	7,9	83,3	4º
Relação entre a maior e menos remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores	14	7,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	14	7,3	77,8	5º
Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos	1	0,5		0,0	1	0,5	1	0,5	1	0,5	1	0,5	5	2,6	27,8	6º
Gastos com transporte	3	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,6	16,7	7º
Total	147	77,0	5	2,6	1	0,5	20	10,5	4	2,1	14	7,3	191	100,0		

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em pesquisa documental.

Dos 13 indicadores proposto pela NBCT-15 para demonstrar as ações sociais voltadas para os colaboradores, 11 foram evidenciados por mais de 77% dos relatórios anuais analisados. Vale salientar que os dois indicadores menos citados são: segregação da remuneração bruta segregada por empregados e gasto em transporte; quatro indicadores

foram utilizados por todas as empresas estudadas: encargos sociais, alimentação, saúde e educação (Tabela 5).

Dos cinco indicadores contidos na Tabela 6, apenas um, gastos com cultura, foi demonstrado pelos 18 relatórios anuais analisados. Os gastos com alimentação apareceram em apenas 07 (38,9%), sendo considerado o benefício voltado para a comunidade menos abordado pelas empresas analisadas. Embora as informações de esporte e lazer (não considerados os patrocínios com finalidade publicitária) tenham se firmado em 2º lugar no *ranking* de frequência, foi ele o indicador mais evidenciado no balanço social no modelo IBASE, com representatividade de 28,6% do total de evidenciações desse relatório. Ainda tendo como base a frequência dos indicadores, os gastos com cultura são maioria, ficando com pouco menos de ¼ das evidenciações no BS.

Tabela 6 – Divulgação de informações relativas à interação com a comunidade.

Informações relativas à interação com a comunidade	Relatório utilizado						Total		% Nº entidade	Ranking
	Evidenciou no BS		Evidenciou no BS e em RA		Evidenciou no BS e NE					
	Oc..	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%		
Cultura	12	24,5	3	6,1	3	6,1	18	26,9	100,0	1º
Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária	14	28,6	1	2,0	2	4,1	17	25,4	94,4	2º
Educação, exceto a de caráter ambiental	11	22,4	3	6,1	2	4,1	16	23,9	88,9	3º
Saúde e saneamento	9	18,4	0	0,0		0,0	9	13,4	50,0	4º
Alimentação	7	14,3	0	0,0	0	0,0	7	10,4	38,9	5º
Total	41	83,6	4	8,2	4	8,2	49	100,0		

Fonte: Elaboração própria dos autores, com base em pesquisa documental.

Em relação aos indicadores da interação das empresas com os clientes, nota-se que 64,6% dos indicadores que a NBCT-15 orienta para demonstrações de caráter socioambiental foram demonstrados dentro do balanço social das companhias estudadas, seguidos do relatório da administração. Com base nos achados da Tabela 7, conclui-se que o balanço no modelo IBASE foi utilizado por mais de 80% das companhias para evidenciar sua relação com o cliente.

Tabela 7 – Divulgação de informações relativas à interação com os clientes

	Relatório utilizado						Total		% N° entidade	Ranking
	Evidenciou no BS		Evidenciou no RA		Evidenciou no BS e em RA					
	Oc..	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%		
Informações relativas à interação com os clientes										
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	10	18,2	0	0,0	1	1,8	11	20,0	61,1	1º
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	10	18,2	0	0,0	1	1,8	11	20,0	61,1	1º
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça	11	20,0	0	0,0	0	0,0	11	20,0	61,1	1º
Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada	11	20,0	0	0,0	0	0,0	11	20,0	61,1	1º
Montantes de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	7	12,7	0	0,0	0	0,0	7	12,7	38,9	2º
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	2	3,6	2	3,6	0	0,0	4	7,3	22,2	3º
Total	51	92,7	2	3,6	2	3,6	55	100,0		

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em pesquisa documental

As informações da Tabela 8 demonstram a relação da entidade com o meio ambiente através de 08 indicadores sugeridos pela NBCT-15. Desses, 47% são evidenciados unicamente no BS no modelo IBASE; 22,7%, somente em forma de nota explicativa; 15,2% nessas duas demonstrações conjuntamente.

Tabela 8 – Disclosure de informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente

	Relatório utilizado										Total		% N° entidade	Ranking	
	Evidenciou no BS		Evidenciou em NE		Evidenciou no BS e em NE		Evidenciou no BS e em RA		Evidenciou no NE e em RA						
	Oc..	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%			
Informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente															
investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	10	15,2	1	1,5	3	4,5	1	1,5	2	3,0	17	25,8	94,4	1º	
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10	15,2	0	0,0	3	4,5	0	0,0	2	3,0	15	22,7	83,3	2º	
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	3	4,5	3	4,5	1	1,5	1	1,5	0	0,0	8	12,1	44,4	3º	
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	2	3,0	4	6,1	1	1,5	0	0,0	0	0,0	7	10,6	38,9	4º	
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	2	3,0	3	4,5	0	0,0	0	0,0	1	1,5	6	9,1	33,3	5º	
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2	3,0	0	0,0	1	1,5	1	1,5	1	1,5	5	7,6	27,8	6º	
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	1	1,5	1	1,5	1	1,5	1	1,5	0	0,0	4	6,1	22,2	7º	
Passivos e contingências ambientais	1	1,5	3	4,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	6,1	22,2	7º	
Total	31	47,0	15	22,7	10	15,2	4	6,1	6	9,1	66	100,0			

Fonte: Elaboração própria dos autores com base em pesquisa documental

Dos 08 indicadores propostos pela norma contábil voltada para a evidenciação das informações de natureza socioambiental, o mais evidenciado é a demonstração do índice dos “investimentos e gastos com outros projetos ambientais”, aparecendo em 94,4% dos relatórios anuais. Em seguida, temos os “investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente”, com 83,3%. As informações menos evidenciadas são os “investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade” e “passivos e contingências ambientais”, tendo ambos 22,2% de evidenciação (Tabela 8).

7 Conclusão

Atualmente, é possível enxergar uma movimentação por parte das empresas, as quais, embora não sejam obrigadas, passam a evidenciar suas práticas socioambientais, pois, cada vez mais, gestores compactuam com a ideia de divulgação dessas informações. Essa seção apresenta as conclusões obtidas ao longo da realização deste trabalho. Inicialmente, com base nas descobertas da pesquisa, observou-se que em 72,2% (13) dos relatórios analisados não há alusão às informações que possam identificar o responsável técnico, que não o contador, bem como em aproximadamente 45% dos relatórios também não se faz menção às informações sobre o contador responsável pelas informações socioambientais.

Ao longo da investigação, buscou-se verificar o nível de aderência do balanço social no modelo proposto pelo IBASE diante das recomendações dadas pelo CFC, através de sua resolução n.º 1.004/2004, junto às maiores empresas de valor de mercado listadas pela Revista Exame. O resultado da análise documental revelou que o grupo de informações de natureza socioambiental mais contemplado foi o balanço de recursos humanos, através do qual se demonstra a relação das organizações com seus colaboradores.

Os indicadores que mostram a composição dos recursos humanos, conforme recomenda a resolução do CFC, foram apresentados nos

balanços sociais no modelo IBASE com o maior nível de aderência, seguidos das informações sobre remuneração dos colaboradores. O grupo de informações do BS que apresentou o menor nível de aderência às instruções da resolução do CFC foi o destinado a informar como se dá a relação da entidade com os seus clientes.

Por fim, conclui-se que, apesar das maiores empresas de capital aberto, com base no valor de mercado, não divulgarem uma demonstração denominada de Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA), conforme orienta a resolução do CFC n.º 1.003/04, elas utilizam o balanço social no modelo IBASE para apresentar a maior parte das informações recomendadas por tal resolução. Outra ferramenta em destaque, utilizada pelas maiores empresas estudadas para evidenciar as informações de natureza socioambientais, foram as notas explicativas.

Referências

BERNARDO, Tereza N. da C.; SILVA, Ana P. F. da; FALK, James. *Indicadores de balanço social como ferramenta para demonstrar as práticas de responsabilidade socioambiental: um estudo realizado no setor elétrico*. In: ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE, 10., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: CRC-Ba, 2011. 1 CD-ROM.

CANZIAN, Marcela. Balanço Social para as sociedades cooperativas. *Revista de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis da UFSM*, v. 1, n. 1, p. 28-41, dez./2004-fev./2005.

CARVALHO, Fernanda de M.; SIQUEIRA, José M. De. Os indicadores ambientais nas normas de balanço social. In: CONTABILIDADE ambiental e relatórios sociais. São Paulo: Atlas, 2009. p. 92-111.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBC T 15 - informações de natureza social e ambiental*. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login>. Acesso em: 15 jan. 2012.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CUNHA, Jacqueline V. da; RIBEIRO, Maisa de S. *Evolução e diagnósticos atuais do balanço social*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/281.pdf>. Acesso em: 20 mar, 2011.

GONZALEZ, A. Selo Balanço Social: sociedade civil ganha espaço para se manifestar. *O Globo*, São Paulo, p. 10C, 4 set. 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sérgio de et al *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.

MANSUR, Cláudia; TORRES, Ciro. *Balanço social: dez anos: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

MATO GROSSO. *Lei n° 7.687 de 25 de junho de 2002*. Cria o certificado de responsabilidade social no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/v2008/Raiz%20estrutura/responsabilidadesocial>>. Acesso em: 8 jan. 2012.

OLIVEIRA, José A. P. de. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. *Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei n° 11.440, de 18 de janeiro de 2000*. Cria o certificado de responsabilidade social - RS - para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 8 jan. 2012.

RIZZI, Fernanda B. Balanço social e ação de responsabilidade social nas empresas. In: INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002. (Prêmio Ethos/Valor Econômico).

SILVA, Ana Paula F. da et al. *Indicadores sociais: um estudo realizado com base nos balanços sociais de empresas que receberam o selo ibase*. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 18., 2011, Bauru, SP. *Anais...* Bauru, SP: CNE-SP, 2011. 1 CD-ROM.